

Excesso de encargos agrava os problemas

O trabalho do economista do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) François Bremaeker indica que, entre 1989 e 1995, os encargos municipais cresceram e, apesar do aumento de receita, os gastos das prefeituras estão acima dos recursos que recebem de União e Estados. O resultado é uma sobrecarga muito maior, proporcionalmente, para municípios de menor porte, os mais pobres e dependentes de repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Ao mesmo tempo, o Ibam apontou a tendência de redução do repasse do fundo para cidades maiores, embora sejam as que recebem as quantias mais elevadas. A redução responde ao censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): as cidades com mais de 1 milhão de habitantes estão com um crescimento demográfico abaixo da média nacional. O critério de repartição do FPM é populacional.

Em São Paulo e Rio, com mais de 5 milhões de habitantes, houve uma redução na participação relativa das transferências entre 1989 e 1995. Ela ficou abaixo dos 30% da receita total dos municípios. "Isso se deve ao fato de que existe uma compressão na distribuição da transferência estadual do ICMS, mas pode representar um quadro de sonegação e isenções que se refletem com mais nitidez nesses municípios, dada a sua dimensão e expressão na economia do País", avalia Bremaeker.

O economista destacou que as transferências representam uma participação relativa que supera a marca dos 80% para cidades que têm menos de 20 mil habitantes. "É inegável, nesses casos, a forte predominância da transferência do FPM, que vai tendo diminuída a sua importância relativa para as populações superiores." (K.C.)